

Concurso de artigos CPJ/AMB: leia o artigo que ficou em 29º lugar

A revista eletrônica **Consultor Jurídico** publica os melhores colocados no *1º Concurso de Artigos do Centro de Pesquisas Judiciais* (CPJ/AMB). Os artigos foram produzidos com base em duas pesquisas divulgadas pela Associação dos Magistrados Brasileiros: "Estudo da imagem do Judiciário brasileiro", em colaboração com a Fundação Getulio Vargas (FGV), e "Quem somos. A magistratura que queremos". O tema era livre, desde que baseado nas pesquisas.

Em 29º lugar, o artigo "A magistratura do futuro e os métodos consensuais como forma de acesso à Justiça em uma sociedade pós-pandêmica" foi escrito por **José Laurindo de Souza Netto** e **Anderson Ricardo Fogaça**.

Leia o resumo do trabalho:

O presente artigo investiga as competências necessárias à magistratura em uma sociedade póspandêmica a partir da análise do perfil dos magistrados na contemporaneidade. A problemática versa sobre o perfil da magistratura brasileira na atualidade e o que se espera do magistrado do futuro. Utilizouse a metodologia lógico-dedutiva, baseada na pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos publicados em revistas especializadas. Utilizou-se, também, como principal fonte, a pesquisa "Quem Somos. A Magistratura que Queremos", elaborada pela Associação dos Magistrados Brasileiros. Um dos resultados do presente trabalho está na constatação da existência de uma magistratura preocupada em dar um provimento efetivo ao jurisdicionado em meio à remanescente cultura do litígio, aliado à crise causada pela pandemia. Adicionalmente, conclui-se que a pesquisa realizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB é imprescindível para se compreender a questão proposta neste estudo, esclarecendo-se que a pesquisa em referência traz informações compiladas por intermédio de dados estatísticos em minucioso diagnóstico. Por fim, como resposta à problemática proposta, evidencia-se a importância da atuação das escolas de formação continuada, bem como a premente mudança de mentalidade da magistratura na adoção dos métodos adequados de resolução de conflitos e da sociedade como um todo.

Clique aqui para ler o artigo

Date Created 01/10/2020